

A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO E AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE TRABALHO

Mateus Vieira Orio¹

Resumo

A presente pesquisa, atualmente em andamento, tem como tema o chamado consumismo – entendido como uma aquisição demasiada e supérflua de mercadorias – que implica pensar também na produção, distribuição e nos impactos sobre os processos de trabalho. O objetivo desta pesquisa é discutir a ascensão da produção de bens de consumo no modo de produção capitalista, que se dá a partir do período pós-guerra, e as estratégias de ampliação do mercado consumidor, constituindo o período que é comumente tratado por sociedade de consumo; bem como se pretende discutir o aumento da exploração do trabalho como suporte às transformações do modo de produção aludidas acima. Partindo de uma análise que busca compreender o modo de produção capitalista dentro de uma totalidade, o período estudado marca transformações que abrangem os processos de trabalho, as formas estatais e as relações internacionais, consistindo em remodelações no capitalismo e, conseqüentemente na sociedade como um todo.

Introdução

O consumismo é entendido aqui como aquisição demasiada e supérflua de bens. Ainda que em outras sociedades alguns indivíduos e/ou classes sociais tenham tido um consumo demasiado e supérfluo dos bens produzidos em sua época, o consumismo que aqui nos interessa está intimamente ligado à estratégia capitalista de conter as quedas nas taxas de lucro inerentes ao modo de produção capitalista determinada a composição orgânica do capital. Ademais não se pode falar em consumismo, ou em consumo que seja, sem recorrer à discussão sobre a produção assim como à discussão sobre a distribuição. A presente pesquisa é fruto de estudos ainda em andamento e se pretende uma contribuição para o debate acerca do consumo e das formas de trabalho na sociedade capitalista.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa é discutir a ascensão da produção de bens de consumo no modo de produção capitalista, que se dá a partir do período pós-guerra, e as estratégias de ampliação do mercado consumidor, inicialmente nos países desenvolvidos e posteriormente também nos países subordinados, constituindo o período que é comumente tratado por

¹ Mestrando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Endereço para contato: rua R-22, quadra 20, lote 09, casa 01, vila Itatiaia, CEP: 74690470, Goiânia – GO. Telefone: (62) 96927195. Correio eletrônico: mateusorio@hotmail.com.

sociedade de consumo; bem como se pretende discutir o aumento da exploração do trabalho nos países subordinados e, posteriormente, a intensificação dos processos do trabalho tanto nos países subordinados como nos desenvolvidos como suporte às transformações do modo de produção aludidas acima.

Metodologia

O estudo presente baseia-se principalmente na síntese de parte selecionada da bibliografia existente sobre o tema do consumo e procura trazer apontamentos no sentido da ampliação dos debates sobre os processos trabalho nas últimas décadas. Esta pesquisa parte da análise do modo de produção como um conceito que permeia toda a história da humanidade, sendo a produção concebida como algo determinado socialmente. O modo de produção específico em questão é o capitalismo, fundamentado na divisão entre classes sociais e cuja essência é a produção de mais-valor, de forma que é impossível conceber uma forma capitalista de produção que seja mais humana ou responsável. Para compreender o consumo, e principalmente o consumo no modo de produção capitalista, é preciso compreender a produção como também a distribuição e a troca, pois estas constituem, junto com o consumo, quatro elementos imersos em uma totalidade.

Após estas considerações partimos então para o estudo das mudanças do capitalismo chegando à ampliação da produção de bens de consumo e as mudanças nos processos de trabalho compreendendo o modo de produção capitalista dentro de uma totalidade, concebendo o período estudado como marco de transformações que abrangem os processos de trabalho, as formas estatais e as relações internacionais, consistindo em remodelações no capitalismo e, conseqüentemente na sociedade como um todo.

Resultados

O capitalismo é um modo de produção no sentido de que é um conjunto de práticas, desenvolvidas socialmente no decorrer do tempo, a partir das quais os seres humanos produzem e reproduzem suas condições materiais de existência. Assim, modo de produção é um conceito que permeia toda a história da humanidade. Ainda que sejam práticas bastante rudimentares – baseadas no extrativismo, por exemplo – estas não deixam de consistir num modo de produção. E caso alguém queira afirmar o contrário, terá que provar de que forma os seres humanos sobreviverão sem produzir seus alimentos, sua moradia, sua vestimenta, etc.

Então, assim como houve anteriormente o modo de produção escravista e o modo de produção feudal, a superação social destes modos de produção levou ao surgimento do capitalismo.²

É preciso reconhecer inicialmente – tal como o fez Marx (1999) – que quando se fala em produção trata-se de indivíduos produzindo em sociedade, ou seja, a produção das condições materiais de existência dos indivíduos é baseada nas práticas desenvolvidas ao longo do tempo naquela sociedade determinada. Em síntese, é uma produção determinada socialmente. Pode parecer óbvio, mas este ponto de partida aqui defendido não é o adotado por muitos analistas da sociedade, como Smith, Ricardo e Rousseau (MARX, 1999). E por este mesmo motivo, é preciso também reafirmar que a ideia de um indivíduo produzindo isolado da sociedade é uma aberração, pois ainda que algum indivíduo consiga sobreviver isolado após um acidente em local deserto, tal fato somente ocorre devido a que ele já possui em seu repertório as práticas desenvolvidas socialmente.

É um erro conceber a produção da sociedade do presente como sendo fruto do desenvolvimento natural, colocando apenas a distribuição como fruto da intervenção humana, pois o modo produção é fruto também de diversas experiências humanas no decorrer da história em que várias práticas são abandonadas e/ou superadas no processo. “Toda a produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade” (MARX, 1999, p. 29).

Este equívoco aludido acima pode levar à compreensão – logicamente equivocada – de que é possível haver uma forma de capitalismo que seja responsável partindo de uma distribuição “mais humana”. Além disso, não se pode afirmar que o atual estado repressor seja o mais indicado para garantir a constante evolução da sociedade atual, mas sim que é o mais indicado para sustentar a forma de produção atual, baseada na propriedade privada. E dizer isso é nada mais que dizer que para cada forma de produção são criadas relações de direito e formas de governo próprias em um movimento de interferência mútua³.

Agora, antes de querer tratar da produção, distribuição e troca para depois relacionar com o consumo, é preciso compreender que a produção é também consumo e consumo é também imediatamente produção, pois ao produzir são consumidos meios de produção e no consumo da alimentação, por exemplo, o homem produz seu próprio corpo. E ambos se geram em um movimento dialético:

² Esta concepção de modo de produção, assim como os apontamentos sobre o modo de produção capitalista, está totalmente fundamentada na leitura de obras de Karl Marx, bem como em aulas, palestras e grupos de estudo sobre o pensamento do referido autor.

³ Cf. Marx (1999).

A produção engendra [...] o consumo: 1 – fornecendo-lhe o material; 2 – determinando o modo de consumo; 3 – gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois, o objeto do consumo, o impulso do consumo. De igual modo, o consumo engendra a *disposição* do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante (MARX, 1999, p. 33).

E além disso:

[...] na sociedade, o relacionamento do produtor com o produto, assim que este se encontra acabado, é puramente exterior e o retorno do produto ao sujeito depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Também a apropriação imediata do produto não é sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a *distribuição*, a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se portanto, entre a produção e o consumo. (MARX, 1999, p.34)

Com a distribuição ocorre da mesma forma:

Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que se afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro: distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado dessa distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta essa distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por essa distribuição que constitui, na origem, um fator da produção. (MARX, 1999, p.36)

Produção e distribuição se determinam mutuamente conforme o momento histórico. Se com relação a um período histórico a produção aparece como pressuposto da distribuição, com relação a outro aparece como seu resultado histórico. E as mudanças na distribuição podem determinar mudanças na produção e vice-versa.

E com relação à troca:

A troca aparece como independente junto à produção e indiferente em relação a ela, na última etapa, quando o produto é trocado, de imediato, para o consumo. Mas, primeiro, não existe troca sem divisão de trabalho, quer natural, quer como resultado histórico; segundo, a troca privada supõe a produção privada; terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção; por exemplo: a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade etc. A troca aparece, assim, em todos os seus momentos diretamente compreendida na produção ou por ela determinada. (MARX, 1999, p.38)

Concluimos então que produção, distribuição, troca e consumo são quatro elementos imersos em uma totalidade, são diferentes momentos de uma unidade e todos eles se determinam dialeticamente. Por isso não se pode tratar unicamente de um deles e ignorar os

outros, nem tampouco considerar um deles como fruto do desenvolvimento linear da natureza, pois todos são construções sociais e históricas.

O modo de produção contemporâneo – o capitalismo, assim como os dois anteriores, é fundamentado na divisão entre classes sociais. Ele é um modo de produção de mercadorias que tem como especificidade a produção de mais-valor que o fundamenta. É preciso aqui compreender que mercadoria consiste em algo que possui um caráter dúplice: de satisfazer uma necessidade social humana e de possuir uma grandeza de valor que a torna passível de ser trocada por outra mercadoria de valor equivalente. O valor da mercadoria depende do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Tal tempo é determinado pelas relações sociais de trabalho – média de produtividade levando em consideração a tecnologia e recursos naturais contemporâneos. E é a partir desta unidade comum – o trabalho social – que mercadorias diferentes são trocadas. A consideração da mercadoria é importante porque ela é a forma elementar do capitalismo. Por se tratar de um modo de produção de mercadorias os produtores não produzem para o seu consumo imediato, pois devido ao desenvolvimento social das relações de produção eles não produzem tudo aquilo que consomem e precisam adquirir os demais artigos de que precisam por meio da troca.

As classes sociais fundamentais do capitalismo são a burguesia e o proletariado, sendo a primeira a classe proprietária dos meios de produção e a segunda a classe produtora. Esta divisão em classes sociais específica traz uma separação nítida entre estas duas no sentido de que a classe proprietária não produz e a classe produtora não tem a propriedade dos meios de produção, que são as matérias-primas, as máquinas, ferramentas de trabalho, etc. Portanto o proletariado (classe produtora) precisa vender a sua força de trabalho – que é sua única propriedade – para os proprietários dos meios de produção, obtendo em troca um salário com o qual adquire os bens de que necessita. Enquanto isso os proprietários, já que não produzem, precisam comprar a força de trabalho e pagam aos trabalhadores um salário.

A força de trabalho é uma mercadoria que tem a particularidade de poder criar um valor superior ao que encerra. O valor da força de trabalho é o valor da manutenção da vida do trabalhador (e de sua família), tal manutenção é contextual: depende das necessidades sociais e da luta de classes. O trabalhador não trabalha apenas o tempo necessário para produzir o valor de seu salário, parte deste valor é paga e o restante não. O lucro é obtido vendendo a mercadoria não acima de seu valor, mas pelo seu valor real. A contradição fundamental intrínseca ao modo de produção capitalista reside no fato de que o resultado da produção não pertence àqueles que produziram, mas é apropriado pelos proprietários dos meios de produção. Os frutos da produção são apenas em parte redistribuídos aos produtores

na forma do salário, o que excede a esta parte é o expropriado pelos capitalistas – o mais-valor. O capitalismo é então o modo de produção fundamentado na obtenção de lucro essencialmente originada pela extração de mais-valor.

A divisão entre classes sociais é baseada no trabalho dos indivíduos. Entendemos por trabalho uma “necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996, p.172) é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade (idem). Além disso, a separação em classes sociais implica na diferenciação dos interesses dos indivíduos pertencentes a diferentes classes. Esta diferenciação de interesses causa conflitos e estes últimos expressam o desenvolvimento constante de novas práticas sociais e por isso é possível afirmar que nas sociedades em que há divisão em classes sociais as lutas entre elas definem os rumos da história⁴.

Assim, no capitalismo os principais conflitos de classe se dão entre as duas classes fundamentais, pois a relação entre elas constitui a essência deste modo de produção, enquanto que as demais classes, comumente chamadas de “classes médias”⁵, não são proprietárias dos meios de produção e nem produtoras de bens materiais. Estas últimas são sustentadas pela produção geral da sociedade recebendo parte do mais-valor que é expropriado e redistribuído pela burguesia de acordo com a distribuição engendrada socialmente.

Além do que já foi descrito, o capitalismo se mostrou, desde o início – com a acumulação primitiva de capital – um modo de produção expansivo. A acumulação primitiva, que está na origem do capitalismo, consistiu em um processo violento que envolveu conquista, pirataria, saque e exploração⁶. Portanto, desde os primórdios do capitalismo vem se desenvolvendo um processo de expansão mundial. Para que este modo de produção continue se desenvolvendo é preciso encontrar força de trabalho abundante, matérias-primas, mercado consumidor, etc. e por isso os capitalistas precisam constantemente diversificar a produção, fazer investimentos, aumentar a exploração. Desta forma o capitalismo se expande por todo o mundo subordinando e aniquilando as demais formas de produção (as formas não baseadas na extração de mais-valor)⁷.

Não será feita aqui uma análise aprofundada da composição orgânica do capital, mas é preciso considerar que existe uma tendência declinante da taxa de lucro ocasionada pela

⁴ Tal como é apresentada a primeira frase do Manifesto do Partido Comunista (MARX, 1998).

⁵ É preciso ressaltar que não se trata de conceber uma divisão arbitrária em classes de acordo com estratos baseados em renda, mas sim de compreender as diferentes classes sociais de acordo com a atividade exercida por seus membros no seio da divisão social do trabalho.

⁶ Cf. Huberman (1986).

⁷ Cf. Viana (2009).

necessidade de se aumentar a produtividade, levando a investimentos cada vez mais densos nos meios de produção, fazendo com que proporcionalmente se diminuam os investimentos em força de trabalho. A conclusão lógica disso é que a taxa de lucro cai na medida em que o lucro mesmo é resultado da exploração da força de trabalho⁸. Com isso ocorrem periódicas supressões nas taxas de lucro que se seguem aos períodos de expansão, resultando em intensa competição entre os capitalistas na busca pela expansão dos lucros e pela sobrevivência a períodos de crise⁹.

Agora para compreender as mudanças no modo de produção capitalista em uma totalidade é necessário não se perder de vista a sua essência, ou seja, a produção de mais-valor, assim como o antagonismo de classe subsistente a esta relação. Além disso, não podemos limitar a análise a uma localidade isolada, pois isso inibiria a compreensão das relações sociais internacionais. Assim, a teoria dos regimes de acumulação (Viana, 2009) expressa as mudanças no capitalismo em sua totalidade:

[...] um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional. (VIANA, 2009, p. 29-30).

Desta forma, um regime de acumulação específico é expressão da luta de classes contemporânea em uma correlação relativamente estável¹⁰ seja no âmbito da organização da produção ou mediada pelos estados nacionais de modo a influenciar as relações internacionais. Além disso, a mudança no regime de acumulação provoca mudanças gerais na sociedade, pois a cada novo regime de acumulação surgem diferentes expressões culturais, ideológicas, etc. (VIANA, 2009).

Após a acumulação primitiva de capital inicia-se o primeiro regime de acumulação propriamente capitalista: o regime de acumulação extensivo¹¹, caracterizado, principalmente pela extração de mais-valor absoluto, ou seja, pelo aumento contínuo da jornada de trabalho. A forma estatal surgida neste regime de acumulação foi o estado liberal, que tinha como um de seus pilares a democracia censitária. O neo-colonialismo era a forma das relações internacionais em que os países imperialistas buscavam exportar suas mercadorias e importar as matérias-primas dos países subordinados, desenvolvendo o processo de acumulação de

⁸ O que agrega valor às mercadorias é o trabalho, os meios de produção apenas transferem seu valor para o produto. (MARX, 1996)

⁹ Cf. Pietrocolla (1987).

¹⁰ É relativamente estável porque, apesar da resistência operária, não houve ruptura com o modo de produção capitalista e, caso não houvesse resistência, a exploração burguesa se intensificaria continuamente. É uma estabilidade contextual, momentânea e os momentos de instabilidade expressam crises nos regimes de acumulação, bem como podem expressar crises no próprio modo de produção. (Cf. VIANA, 2009).

¹¹ Toda a teoria dos regimes de acumulação exposta aqui remete aos de Nildo Viana (2003; 2009).

capital e abrindo caminho para a expansão do capitalismo. A luta de classes neste período se deu no sentido da busca de melhores condições de trabalho, bem como da luta pela ampliação dos direitos civis. A partir então da década de 1840 este regime de acumulação encontra dificuldades de se reproduzir.

Com a crise do regime de acumulação extensivo inicia-se, no final do século XIX, o regime de acumulação intensivo que trouxe o taylorismo e a “administração científica do trabalho” como forma de aumentar o mais-valor relativo em resposta à diminuição da extração de mais-valor absoluto, efetuada por intermédio das lutas operárias no fim do regime de acumulação anterior. O regime de acumulação intensivo era complementado pelo estado liberal-democrático e pelo imperialismo como forma de exploração internacional, implicando na ampliação da legislação trabalhista e dos direitos políticos, na instituição da democracia partidária liberal, no surgimento dos oligopólios, no protecionismo e no imperialismo financeiro que se tornou a forma predominante de exploração internacional, expandindo a produção capitalista aos países subordinados.

Com o avanço da luta operária no início do século XX, a resistência ao taylorismo, o crescimento das organizações reformistas (partidos social-democratas, sindicatos) e tendências revolucionárias (anarquismo, correntes esquerdistas do marxismo) e com as diversas tentativas revolucionárias na Europa (Alemanha, Itália, Hungria) o estado liberal-democrático e a classe capitalista cederam, em alguns países, o governo para a social-democracia, mas, com o insucesso desta tentativa em conter o ímpeto revolucionário, tiveram que apelar para a repressão e o fascismo instaurando uma crise generalizada do capitalismo na Europa que culminou nas duas guerras mundiais. Era instaurado aí o capitalismo de guerra e o regime de acumulação intensivo-extensivo se inicia em seguida, após a Segunda Guerra Mundial.

A partir desta crise, os capitalistas buscaram superar a tendência da queda das taxas de lucro tomando várias medidas: a intervenção estatal na produção/ distribuição/ circulação, a expansão transnacional e a expansão da produção de meios de consumo e do setor de serviços (VIANA, 2008). É a partir então da década de 1950 que surge o consumismo como forma de expandir os meios de consumo para evitar quedas nas taxas de lucro.

O consumismo expressa a manutenção da eficácia econômica, pois tem o papel de manter o crescimento. Desta forma são criados bens descartáveis e de obsolescência planejada, assim como é instaurada uma nova moral: em que, segundo Baudrillard: despesa, prazer e não-cálculo substituem os valores antigos de poupança, trabalho e patrimônio. Os indivíduos são compelidos a consumir como efetivação de seu dever de cidadãos. É o que o

referido autor chamou de *Fun-morality*: “imperativo de se divertir e de explorar tudo a fundo todas as possibilidades de se fazer vibrar, gozar ou gratificar.” (BAUDRILLARD, 1995, p.81).

Alguns autores como o próprio Baudrillard (1995) e também Pietrocolla (1987) utilizam o termo “sociedade de consumo” para designar a sociedade neste período em que o consumo exacerbado de bens se expande. Já Guy Debord (1997) designa a sociedade a partir deste período como “sociedade do espetáculo”, afirmando uma sociedade em que as relações sociais são mediadas por imagens, mediação esta que levaria a visões ilusórias. E Henri Lefebvre (1991), analisando as transformações ocorridas na França a partir da década de 1950, após descrever criticamente várias designações defendidas por outros autores como “sociedade industrial”, “sociedade técnica”, “sociedade da abundância”, “sociedade de lazer”, “sociedade de consumo”, etc. conclui que se trata de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”, considerando ser este o termo mais abrangente para designar a sociedade em que vivemos. Estas três definições, porém, favorecem o consumo (ou as imagens, no caso de Debord) em detrimento da produção. A pretensão no presente estudo é, pois, tratar a sociedade contemporânea como um período do capitalismo, não atribuindo assim caráter definitivo às novas características que o referido modo de produção tomou.

Após o capitalismo de guerra foi possível uma ampla acumulação de capital devida à destruição em massa das forças produtivas. No regime de acumulação intensivo-extensivo o fordismo torna-se hegemônico como forma de organização do trabalho. Enquanto o taylorismo objetivava aumentar a extração de mais-valor relativo através da organização do trabalho, no fordismo este aumento se dava pela implantação de novas tecnologias que determinavam o ritmo e a intensidade do trabalho. A aplicação do fordismo instaurava a produção em massa, bem como inviabilizava a produção em pequena escala. A resistência dos trabalhadores a este ritmo de produção seria automática e por isso o fordismo trazia também o aumento salarial aos operários o que, apesar de prejudicar a acumulação, mantinha a estabilidade na empresa e incentivava o consumo dos trabalhadores, ou seja, significou um aumento do mercado consumidor.

Além disso, as lutas sociais e o movimento socialista anteriores à guerra fortaleceram os questionamentos ao capitalismo. E por isso foi criado o estado integracionista:

A política estatal de seguridade social e o conjunto de políticas voltadas para a educação, saúde, etc., visavam integrar a classe operária, melhorando seu nível de vida e a qualificação de parte dela, e, ao mesmo tempo, buscava ampliar o mercado consumidor, pois a força de trabalho ao ser liberada de determinados gastos e receber seguro-desemprego, entre outros benefícios financeiros, passava a ter um maior poder aquisitivo. (VIANA, 2003, p. 72)

Porém esta forma estatal, assim como o próprio fordismo, aumentava os gastos com o estado e com os salários, prejudicando a acumulação advinda com o aumento da produtividade. Para sanar este problema há uma intensificação do imperialismo, que “passa a se caracterizar pelo predomínio da exportação de capital-produtivo, e as empresas transnacionais se instalam em diversos países, abrindo uma nova fase de exploração imperialista” (VIANA, 2003, p. 72). É a época do surgimento das chamadas empresas multinacionais.

Assim, o capitalismo oligopolista transnacional inaugura um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo, marcado pela extração de mais-valor relativo nos países imperialistas e pelo predomínio da extração de mais-valor absoluto nos países capitalistas subordinados. Assim, a acumulação intensiva no capitalismo imperialista era reforçada pela acumulação extensiva no capitalismo subordinado, através da transferência de mais-valor. (VIANA, 2003, p. 73).

Este novo regime de acumulação promove um amortecimento dos conflitos de classe nos países capitalistas imperialistas onde é implementado o estado integracionista, pois nesta forma estatal as políticas se dão não apenas no sentido do “bem estar social”, mas também da intervenção estatal nas instituições da sociedade civil.

O regime de acumulação intensivo-extensivo garantiu a estabilidade do capitalismo oligopolista até o final da década de 1960, quando já se completara a recuperação da Europa Ocidental e do Japão após a guerra. O mercado interno começava a se esgotar. A queda da produtividade e da lucratividade marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos demandando uma aceleração da inflação que fez o dólar desvalorizar. Com isso a hegemonia econômica estadunidense começou a perder espaço para países da Europa Ocidental e para o Japão, além dos países recém industrializados que entravam na competição.

O regime de acumulação intensivo-extensivo, a partir da década de 60, encontra dificuldades crescentes para sua reprodução [...]. As lutas sociais se manifestaram através do movimento de contracultura, autonomização do movimento estudantil (em toda a Europa e em outros continentes, mas com destaque para o Maio de 68 em Paris) e do movimento operário (Itália, França, etc.), bem como o ressurgimento ou fortalecimento de tendências revolucionárias, que já vinha se esboçando anteriormente (anarquismo, situacionismo, etc.). (VIANA, 2003, p. 74).

Mais uma vez a tendência declinante da taxa de lucro dificultava o prosseguimento de um regime de acumulação de capital cujos três pilares estavam em dificuldade de se reproduzir: a alta exploração dos trabalhadores do capitalismo subordinado, a constante

ampliação do mercado consumidor e a integração da classe operária no capitalismo oligopolista internacional.

Diante disso a nova ofensiva do capital no sentido de sua afirmação foi a busca do aumento da exploração tanto nos países imperialistas como nos subordinados, acabando de vez com o estado integracionista. E com isso surge o novo regime de acumulação que começa a predominar a partir da década de 1980:

Trata-se do regime de acumulação integral, que busca aumentar, simultaneamente, a extração de mais-valor relativo e mais-valor absoluto. Esta busca de aumento da taxa de exploração vai ser batizada de “reestruturação produtiva” e terá no toyotismo [...] e modelos similares a forma como o capital irá agir no processo de valorização, o que será complementado pelo estado neoliberal e pelo neo-imperialismo. (VIANA, 2003, p. 75).

As novas formas de organização do trabalho no capitalismo são variadas e focalizam tanto o controle e gerência como a aplicação de tecnologia:

O sistema toyota subordina o processo de produção à demanda do mercado (o método kan-ban, inspirado nos supermercados norte-americanos), o que gera um processo de revezamento entre intensificação e não-intensificação do trabalho, processo que tem como vantagens: não produzir em excesso; proporcionar descanso que faz os trabalhadores suportarem os momentos de extrema intensificação do trabalho. O trabalho em equipe e a pluri-especialização visa catexizar o trabalhador, ou seja, busca fazer com que ele invista suas energias físicas e mentais no processo de trabalho para aumentar a produtividade. O controle de qualidade é apenas uma nova roupagem da vigilância proposta por Taylor, agora realizada pelos próprios trabalhadores (embora não totalmente). (VIANA, 2003, p. 75).

A forma estatal do novo regime de acumulação é o estado neo-liberal, cuja ideologia surge com Hayek no pós-guerra e se desdobra com outros autores, vindo a ser aplicada apenas no final da década de 1970 e início da década de 1980. Esta forma estatal traz a desregulamentação das relações de trabalho, o fim de políticas sociais, a redução de gastos estatais buscando “proporcionar uma política estatal favorável à retomada da acumulação capitalista, bem como a nova política fiscal e internacional.” (VIANA, 2003, p. 76).

O neo-imperialismo consiste na transferência de mais-valor pelas empresas transnacionais que buscam se instalar nos locais onde a força de trabalho é mais barata. Vão se criando nichos no mercado consumidor acirrando a competição internacional, assim como persiste o capitalismo de guerra através de guerras rápidas que destroem meios de produção e fomentam a indústria bélica.

Conclusões

Após esta análise do modo de produção capitalista e suas mudanças, concentrando em suas características específicas, advindas a partir do pós-guerra, é possível perceber a ampliação da produção de bens de consumo como uma estratégia de aumento da acumulação que objetiva a manutenção do modo de produção contemporâneo. Esta estratégia compreendida em uma totalidade evidencia várias outras características como a competição por mercado consumidor, a expansão transnacional e a procura por força de trabalho barata.

Nestes processos os maiores prejudicados são aqueles que em suas mãos movimentam a produção dos bens necessários ao sustento de toda a humanidade, ou seja, os indivíduos da classe produtora. A sucessão dos regimes de acumulação evidencia a forma como os trabalhadores são explorados, primeiro sendo coagidos a trabalharem como proletários, depois tendo que trabalhar em ritmos cada vez mais fortes sendo, posteriormente, convidados ao consumo para terem por fim a intensificação de todas as formas de exploração.

A aparência de que a vida de muitos trabalhadores melhorou a ponto de que haja a superação da luta de classes não consegue ir além do fim do estado integracionista que por sinal existiu em tempo e espaços limitados e já inexistentes. A intensificação dos processos de trabalho em todo o mundo deve apontar para novos conflitos sociais em que persiste o confronto entre a proposta de continuarmos em uma sociedade opressora e desumana e a possibilidade da superação do que está posto para a realização de uma associação livre de produtores realmente emancipados.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**, livro 1, v.1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- PIETROCOLLA, Luci Gati. **O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo**. São Paulo: Global, 1987.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania:** A dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. **O capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

_____. Universo psíquico e reprodução do capital. In: _____. **Universo psíquico e reprodução do capital:** ensaios freudo-marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.